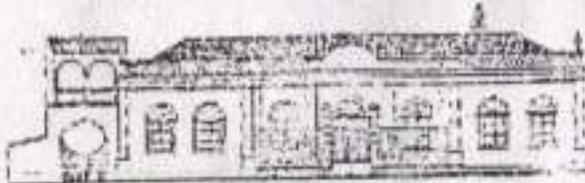


J. FERNANDES MASCARENHAS

Origem dos Topónimos
das
Freguesias do Concelho de Olhão
e de alguns dos seus sítios



TAVIRA
1962



MUSEU DO TRAJO

S. Brás de Alportel

Biblioteca

Inv. N.º 3868

Cota N.º 3-1

J. FERNANDES MASCARENHAS

Do Instituto de Coimbra e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

Origem dos Topónimos

das

Freguesias do Concelho de Olhão

e de alguns dos seus sítios



Separata do jornal

«POVO ALGARVIO»

1962

DO AUTOR.

Deposito da Bibliotheca Nacional.
A Casa do Typographo em Lisboa.

De Original e Typographo das Typographias de Lisboa: sem valor.

O que se designa no titulo de "Por Terras do Algarve" é um volume
de 1848 em 8.º de 278 paginas.

Yves e Co. editores em Lisboa (Relatório sobre o seu trabalho
em 1848 e 1849).

Em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Ainda em 1848 e 1849 o autor publicou em Lisboa o volume
de "Por Terras do Algarve".

Por Terras do Algarve

Ensaio de História e Arqueologia

DO AUTOR:

Aspectos da Revolução Nacional.

A Casa do Algarve em Lisboa.

Da Origem e Evolução das Armas Nacionais: sua critica.

O que os documentos nos dizem sobre alguns aspectos da vida económica do Algarve no século XVIII.

Nicho e Capela de S. Gonçalo de Lagos (Relatório sobre a sua restauração)

No Rumo da Educação.

A luta contra os franceses em Olhão à luz de novos documentos.

A Origem da Ordem do Carmo em Portugal nas suas relações com a Ordem de Malta.

S. Gonçalo de Lagos — Subsídios para o estudo da sua personalidade e do seu culto (IV da colecção «Estudos Algarvios» — edição da Casa Algarve em Lisboa).

A Herdade da Coroada e o Tratado das Terçarias de Moura.

Organismos Officiais de Estatística Portugueses e seus Dirigentes — Da Secção de Estatística e Tipográfica ao Instituto Nacional de Estatística (1841-1958).

Por terras do Algarve — Ensaios de História e Arqueologia:

D. Maria da Graça Pessanha e a Capela da Farrobeira.

A Arte Gótica no Algarve — Uma imagem da Virgem e uma cruz na igreja de Santo Estêvão de Tavira.

O Vinho da Fuseta na Economia do Algarve (Subsídios).

Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios.

Duas palavras justificativas

É muito frequente perguntarem-nos qual a origem de vários topónimos do concelho de Olhão, alguns deles únicos no País, e sobre os quais têm corrido as versões mais fantasiosas.

Já por mais de uma vez expusemos a nossa modesta opinião sobre a matéria em artigos publicados, respectivamente, no suplemento literário «Letras e Artes»⁽¹⁾ do diário «Novidades» e no semanário «Correio do Sul»⁽²⁾.

Voltando de novo ao assunto e dando, portanto, satisfação a essa curiosidade cultural, queremos não só contribuir com mais uma achega sobre a origem e evolução desses topónimos, como também, dar uma ideia mais concreta sobre a antiguidade de algumas freguesias e até dos seus templos paroquiais.

Lisboa, Dezembro de 1961

J. Fernandes Mascarenhas

INTRODUÇÃO

Pechão, Quelfes e Moncarapacho são topónimos de origem muito antiga, mais remota mesmo do que à primeira vista se pode supor.

Outrossim já se pode dizer da antiguidade de Pechão e Quelfes como freguesias. Apesar de antigas, sem dúvida, a sua fundação não vai além do século XVII. A de Quelfes foi desanexada da de S. Pedro de Faro aí por 1614⁽³⁾ e a de Pechão que já existia em 1680, conforme documento que encontramos⁽⁴⁾, separou-se definitivamente da de Quelfes, a que pertenceu até 1695⁽⁵⁾. Provavelmente já freguesia, continuou ligada até essa data a Quelfes por quaisquer obrigações. Pena é que a falta de documentos, motivada em grande parte pelas destruições sofridas no arquivo de Pechão, em 1833, pelas guerrilhas,⁽⁶⁾ não nos permita entrar em maiores detalhes.

Quanto a Moncarapacho, sim, essa freguesia data de 1471⁽⁷⁾, do reinado de D. Afonso V; era mesmo a única freguesia que existia entre Faro e Tavira.

O que porém não oferece qualquer dúvida é que, após a conquista definitiva do Algarve aos mouros, foi atribuída à Ordem de Santiago, que tão importantíssimo papel tinha desempenhado nessa operação militar, o domínio de muitas das terras conquistadas e o padroado das suas respectivas igrejas. É assim vemos, em Fevereiro de 1270, El-Rei D. Afonso III doar o padroado da Igreja de Santiago de Tavira ao Bispo e Cabido da Sé de Silves⁽⁸⁾ e «em recompensa do qual padroado deu El-Rei à Ordem o padroado da Igreja de Santa Maria de Faro, os seus termos, assim da Igreja feita, como das que se houvessem de fazer»⁽⁹⁾. Ora nessa altura ainda não existia a freguesia de S. Pedro de Faro que só foi criada no século XVI, pertencendo, portanto, Pechão e Quelfes à freguesia de Santa Maria dessa então vila do Algarve e à Ordem de Santiago; enquanto que a de Moncarapacho, englobada a princípio na freguesia de Santiago de Tavira, ficava fora da jurisdição dessa Milícia, com excepção de uma parte que pertencia ao termo de Faro.

BRANCANES

É um sítio da freguesia de Quelfes, junto à vila de Olhão e como que a abraça-la por todos os lados.

Este topónimo teria resultado da aglutinação do nome *Branca Eanes* ou *Anes*, senhora certamente notável, talvez pela sua riqueza, caridade ou qualquer outro motivo, que aí viveu em eras recuadas. Aliás tal facto não nos surpreende, se nos lembrarmos que os *Eanes* ou *Anes* era uma família bastante numerosa na área do concelho de Olhão, particularmente nas freguesias de Moncarapacho e Quelfes, e até junto da própria vila.

FUSETA

Os elementos sobre o passado desta importante e pitoresca terra piscatória do concelho de Olhão não abundam, até quase ao momento em que ficou a constituir uma coadjutoria anexa à freguesia de Moncarapacho, em 12 de Março de 1874, durante o pontificado do Bispo do Algarve D. André Teixeira Palha.

No entanto, alguns existem e até curiosos sob o ponto de vista regional, interessando-nos, de momento, sobretudo aqueles elementos que se referem à origem e evolução do seu topónimo.

Dizem alguns investigadores, entre os quais Pinho Leal, no «Portugal Antigo e Moderno», que a palavra Fusetta é o diminutivo de Foz, pelo que se deveria escrever Fozeta e não Fuzeta⁽¹⁶⁾.

Esta explicação sempre a achámos lógica, apesar de não se citar qualquer documento comprovativo da evolução do termo. Realmente a povoação da Fusetta fica junto a uma pequena foz — a foz do Ribeiro Tronco, também designado em documentos do século XVI e posteriores, por Rio Tronco — ribeiro que nasce nas faldas do poético e lendário cerro de S. Miguel e depois de receber a água de diferentes afluentes (isto no Inverno, porque no Verão está nalguns pontos quase seco), vai lançar-se no mar.

Não tinha esta hipótese, como dissemos, qualquer base documental, embora tanto o radical da palavra como o seu sufixo, *êta* diminutivo, tudo o indicasse. Sucede, porém, termos encontrado ultimamente⁽¹⁷⁾, um documento do século XVI, em leitura nova do século XVII, mas autêntico, pois está assinado por um «tabeleão das notas por El-Rei Nosso Senhor», como en-

tão eram designados tais funcionários, em que este topónimo vem escrito *Fozeta*.

Nesse documento, que é um instrumento de venda, renda e aforamento, feito em 1572, por Francisco Nunes e sua mulher Luzia Vicente à Igreja de Nossa Senhora da Graça de Moncarapacho, aparece-nos a Fuseta como um sítio, onde os doadores viviam, ficando a propriedade no ainda hoje simples sítio de Belromão.

Pelo interesse que tal documento tem para o estudo da origem e evolução do topónimo Fuseta — além de ser o documento mais antigo que conhecemos com o nome dessa povoação — se transcreve em parte:

Reza esse documento assim:

«Saibam quantos este instrumento de contrato e venda, renda e foro virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e setenta e dois anos aos vinte dias do mês de Março do dito ano nesta Cidade de Faro nas casas de morada de mim tabelião ao diante nomeado pareceu (*sic*) Francisco Nunes, e sua mulher Luzia Vicente moradores na Fozeta termo desta Cidade, logo por eles ambos marido e mulher foi a mim tableião em presença das testemunhas abaixo nomeadas que eles têm e possuem de bom, e justo título uma fazenda de figueiral, e casas e outras árvores que têm em Belromão termo desta Cidade que parte com Manuel Leitão, e com João Domingues Peral e com Manuel António, e com quem mais, de direito deve partir, e que esta fazenda assim divisada eles não pagam foro, nem tributo algum e que nela vendem como de feito logo venderam devendo, o foro cada um ano a casa de Nossa Senhora da Graça de Moncarapacho mil reis de renda, ele por preço dados mil reis em dinheiro de contado, que logo receberam de Miguel António mordomo da dita casa, que é o preço por que se costuma a comprar as tais rendas neste Reino do Algarve.....Testemunhas que foram presentes Pedro de Barros que assinou por os ditos vendedores a seu rogo por não saberem escrever e Estêvão Doria Cavaleiro fidalgo e Pedro Miz Cavaleiro moradores nesta Cidade. E eu Gaspar de Barros tabelião das notas por El-Rei nosso Senhor nesta Cidade de Faro, e seu termo que esta mandei tresladar»⁽¹⁸⁾.

Por este curioso documento, que se transcreveu em ortografia corrente para facilidade de composição tipográfica, salvo a palavra *Fozeta*, se verifica a par da citação do topónimo a devoção dessas épocas, em que se faziam aforamentos para desenvolver o culto de Santa Maria da Graça, a Padroeira da freguesia a que a Fuseta então pertencia.

Porém, a Fuseta nessa época era apenas um sítio, como Belromão, Murtais, Maragota etc. que, a pouco e pouco, se foi desenvolvendo e aumentando em população para vir a constituir um lugar com a sua capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo que a piedade dos seus habitantes edificou, transformando-a mais tarde numa igreja com as dimensões que hoje apresenta.

É ainda curioso observar que no *Numeramento de 1798*, mandado executar pelo Intendente do Policia do Reino, Pina Manique, também nos aparece *Fozeta* em vez de Fuzeta ou Fuseta.

Em 1798 já a Fuseta era uma freguesia com 174 fogos que fazia parte do concelho de Tavira, pertencendo a freguesia de Moncarapacho parte a es-e concelho com 170 fogos e parte ao concelho de Faro com 370 fogos, num total de 540, ainda segundo o mesmo *Numeramento* de Pina Manique, cujo manuscrito foi por nós consultado no Instituto Nacional de Estatística.

Não obstante o interesse que estes dados podem ter, o documento de 1572 esse é que de facto nos parece fundamental para o estudo do topónimo, tanto mais que os intervenientes eram precisamente da Fuseta e o citado documento bastante antigo.

Como conclusão: a palavra *Fuseta*, escreveu-se primitivamente *Fozeta*, embora se leia *Fuzeta*, à semelhança de *roseta* (rosa pequena) que se lê *ruseta*, seguidamente *Fuzeta* com *u* em vez de *o* e *z* em vez de *s* e, finalmente, *Fuseta*, conforme o novo Código Administrativo.

JORDANA

Na freguesia de Moncarapacho, vamos encontrar o sítio da Jordana, ⁽¹⁹⁾ nome relativo ao Jordão, rio bíblico da Palestina, talvez posto por alguns israelitas que aí porventura teriam habitado, e muitos houve outrora no Algarve.

Antiquíssimo na toponímia da freguesia de Moncarapacho, o termo *Jordana*, segundo refere o VIII Recenseamento Geral da População de 1940, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (com a população distribuída por lugares, dentro das freguesias), apenas se encontra em mais outro sítio (em Pavia, no concelho de Mora, do distrito de Évora) e designando uma ou outra quinta particular, como por exemplo, uma propriedade na freguesia de S. João Baptista, no concelho de Campo Maior.

MARIM

Sítio dos mais aprazíveis do concelho de Olhão, cheio de hortas verdejantes, salpicadas pelo branco das casas com as suas chaminés rendilhadas e tendo por fundo o azul lindíssimo do mar algarvio, nele floresceram várias civilizações, tais como a romana, visigótica e árabe, de que se encontram vestígios bem nítidos. E fronteira à barra velha de Olhão, qual sentinela vigilante contra os piratas argelinos e marroquinos que outrora talavam as costas algarvias, ergue-se o resto da torre mandada edificar por El-Rei D. Dinis, ostentando um brasão das armas portuguesas desse reinado e uma inscrição em caracteres unciais alegórica à construção da velha torre ⁽²⁰⁾.

O topónimo Marim talvez seja de procedência árabe, pois precisamente como hoje se escreve, foi o nome de um antepassado da tribo dos *Benemarim* ou *Belamarim*, à qual, segundo o ilustre arabista Prof. David Lopes, em cuja valiosa obra também nos baseámos, pertencia a família real dos Merínidas, que reinou em África e Hispânia, após os Almóhadas ⁽²¹⁾.

O Dr. J. Xavier Fernandes, se bem que hipoteticamente, também lhe atribui origem árabe, com o significado de «um posto civil e militar, entre os mouros» ⁽²²⁾.

Sem dúvida que dessa civilização existem em Marim vários vestígios. No seu aro, com muitos e férteis botelhos ⁽²³⁾ regados com a tradicional cegonha ou picota, o *telleno* dos romanos, que os árabes também utilizaram e que Santo Isidoro de Sevilha cita sob o nome *cicónia* ⁽²⁴⁾, corre também na tradição oral e escrita uma célebre lenda árabe, que parece denotar a existência no local, de qualquer potentado da religião de Mafoma.

Tem ela por protagonistas principais uma formosa moura, filha de um poderoso e rico senhor desse sítio (talvez de nome Marim), e um jovem mouro, poeta e músico, que muito a amava, mas cujos amores, contrariados pelo pai, terminaram trágicamente num grande abismo cheio de água que surgiu certa noite, mágicamente, em frente do seu castelo, no momento em que esse pai cruel precipitava sua filha sobre o mancebo enamorado que, desequilibrando-se, caiu no abismo, arrastando-a consigo ⁽²⁵⁾.

Não obstante todos esses vestígios, a palavra Marim deriva de *Marinus* (termo latino que significa marinho, isto é, terra junto ao mar), o que aliás não admira, dado que os romanos ocuparam o norte de África, onde deixaram vestígios, não só monumentais como do seu idioma.

O Prof. Leite de Vasconcelos inclui o termo Marim «entre

os nomes de pessoas tornados geográficos, tomando-o como resultante do genitivo *Merini* do antropónimo *Marinus*»⁽²⁶⁾.

De idêntica opinião é também o nosso querido Amigo erudito latinista Prof. António Augusto Ramos.

Marim deve ser, portanto, um topónimo de procedência árabe, mas derivado do latim, pelas razões anteriormente expostas. É pois provável que fosse trazido pelos mouros quando dominaram o Algarve ou, então, se porventura o sítio já tinha essa designação não é de crer que tivesse coexistido com *Statio Sacra*, hipotética cidade romana que não vem citada no *Itinerário de Antonino* e que o sabemos só na *Cosmografia de Revennate*, IV, 43, que a situa entre Balsa e Ossónoba e sobre a qual, apesar dos muitos vestígios arqueológicos encontrados no local, o Prof. Leite de Vasconcelos era da opinião que o citado autor tivesse invertido a posição dos lugares, e que *Statio Sacra* seja sinónimo de *Promunturium Sacrum*⁽²⁷⁾, em contradição, portanto, com o que afirma Estácio da Veiga⁽²⁸⁾.

Mas seja como for, esse espólio arqueológico, entre o qual figura uma curiosa *aedicula*, recolhida por Estácio da Veiga no Museu Etnológico de Lisboa, que lhe fora ofertada pelo proprietário da quinta de Marim, João Lúcio Pereira, pai do grande e esquecido poeta algarvio João Lúcio, e outros objectos, muitos dos quais, encontrados nas explorações, feitas pelo distinto arqueólogo sr. Abílio Gouveia, vêm provar a existência de um importante núcleo populacional, que desapareceu, mas cuja verdadeira denominação seria interessante esclarecer-se cientificamente.

MONCARAPACHO

São duas as versões mais conhecidas para explicar a origem do topónimo Moncarapacho.

Uma delas diz que «Moncarapacho tirou o seu nome do serro de S. Miguel, na parte em que este serro é denominado *Monte Escarpado* — por ser naquella parte assaz alto, talhado a pique, e sem o mais pequeno declive. Diz-se que o primitivo povo ficou junto deste serro e por isso denominado o povo de *Monte Carapacho* — Moncarapacho»⁽²⁹⁾. E a outra atribui esse nome «à circunstância de haver naquelle sítio, primitivamente só habitado por uma mulher, que vivia em um monte, onde trabalhava em tecidos de empreita, chamados *capachos*, que mandava vender. Dizendo-se, portanto, no princípio *Monte dos Capachos* — e mais tarde — *Montecapacho* — Moncarapacho»⁽³⁰⁾. O próprio povo, acrescentamos nós, completando esta segunda versão, diz

que com produto da venda dos capachos essa mulher, extremamente piedosa, mandou edificar a igreja matriz de Moncarapacho, dedicada a Santa Maria da Graça — hoje de Nossa Senhora da Graça.

Tanto a primeira como a segunda versão, de forma alguma conseguem explicar a origem do topónimo, embora a primeira pareça aproximar-se mais da realidade.

Nem existiu qualquer povoação junto da parte do cerro tallado a pique — o Monte Escarpado, como lhe chamou Ataíde Oliveira — de que não há o mais ligeiro vestígio o que, aliás, se explica plenamente, em virtude do referido sítio ter poucas ou nenhuma condições de vida e nem a igreja matriz de Moncarapacho foi mandada construir por uma só pessoa, a não ser que alguma muito primitiva ermida. Isto, reforçado ainda, pelas seguintes palavras do próprio Ataíde: «Achamos em extremo corriqueira esta versão, e outras taes, que partem de querer-se explicar tudo»⁽⁵¹⁾.

Quanto a nós Moncarapacho deve de facto o seu nome ao cerro de S. Miguel, a esse cerro lendário donde se disfruta um panorama maravilhoso, o qual tendo sido um magnífico ponto de referência das navegações antigas, constitui um verdadeiro símbolo heráldico desta importante freguesia do Algarve, pelas razões que vamos ver mais adiante⁽⁵²⁾.

Depois de termos, em vão, procurado na língua portuguesa o significado do termo *Carapacho*, como de resto já o tinha feito, sem qualquer resultado positivo que o saibamos, o saudoso e eminente sábio etnólogo Prof. Doutor Leite de Vasconcelos nas suas visitas de estudo «de terra em terra» (uma delas a Moncarapacho, em que tivemos a honra de o acompanhar e receber em nossa casa), eis que deparámos com o termo *Carapacho* numa das ilhas dos Açores, a ilha Graciosa.

Queremo-nos referir à povoação deste nome,⁽⁵³⁾ do concelho de Santa Cruz da Graciosa, distrito de Angra do Heroísmo, situada, à semelhança de Moncarapacho, nas faldas de uma serra — a serra da Caldeira — onde existem as termas de *Carapacho*; além de que há na mesma ilha, uma ponta ou cabo com idêntica designação⁽⁵⁴⁾.

Descoberta aproximadamente no ano de 1450, segundo refere o Padre António Cordeiro, teve a ilha Graciosa como seu primeiro possuidor Vasco Gil Sodrê, natural de Montemor-o-Velho que para aí se dirigiu com sua mulher e doze creados, depois de ter estado algum tempo na ilha Terceira.

De igual modo se passou à mesma ilha Graciosa «hum Duarte Barreto, dos Barretos fidalgos do Algarve, com a sua

mulher, irmã do dito Vasco Gil & veyo o tal Barreto», diz o Padre Cordeiro, «com o título já de Capitão Donatário de metade da Ilha Graciosa, & a posse da parte do Sul, aonde está a Villa da Praya»⁽⁵⁵⁾.

Como se vê, precisamente na zona que abrange a povoação de *Carapacho*.

Pela semelhança na posição topográfica — situada na base de uma serra — é de admitir que tivesse sido Duarte Barreto e a sua gente quem levou para tais paragens esse topónimo como, teria também levado muitos costumes algarvios que aí existem.

Se a freguesia de Moncarapacho se separou da de Santiago de Tavira em 1471, contando então cem fogos, e já em 18 de Outubro de 1453 o prior de Santiago tinha feito um contrato com os de Moncarapacho para que o seu capelão lhes administrasse o sacramento do matrimónio⁽⁵⁶⁾, nada mais natural supor que, tendo a ilha Graciosa começado a ser povoada depois de 1450, e com a colaboração de um algarvio, o topónimo *Carapacho* fosse para aí levado por ele.

Ao próprio Vasco Gil Sodré, cunhado de Duarte Barreto, não deveria ser estranha a designação, tendo ele militado em África⁽⁵⁷⁾ e o cerro de S. Miguel é um dos cerros da terra portuguesa que primeiro se avista depois da passagem de Gibraltar, quando se navega para noroeste.

Tudo isto vem, a propósito, de querermos justificar que o termo *Carapacho* existiu primitivamente separado de *Monte*, na palavra *Monte-Carapacho*, que, por elisão da letra e, em virtude da lei do menor esforço, deu Moncarapacho.

II

Vejamos agora a parte mais importante deste estudo: como apareceu o termo *Carapacho* na toponímia algarvia?

O termo *Carapacho* é, quanto a nós, de procedência castelhana, como de procedência castelhana são outros termos que se empregam no Algarve, tais como: empanadilha, escaleira, (escada), Jordana, maragoto, Maragota (sítio de Moncarapacho, como aliás Jordana), maragotão⁽⁵⁸⁾, etc., e até alguns termos de gíria que habitualmente se vêm escritos nas paredes feitas de novo ou caiadas de fresco.

Tal facto não é, porém, motivo para admiração, se tomarmos em conta as estreitas relações entre o Algarve e a Andaluzia e que o castelhano foi bastante usado entre nós, até por alguns dos nossos melhores escritores dos séculos XV, XVI e XVII. Levados pela convicção de que o termo *Carapacho* é de procedên-

apesar de se terem encontrado, através dos tempos, inúmeros vestígios romanos na freguesia de Moncarapacho. *Vilas* rurais dessa origem várias deveriam ter existido, mas pròpriamente uma povoação romana com esse nome nada se conhece que nos possa levar a semelhante conclusão; não obstante ter aparecido há poucos anos ainda, uma necrópole nas proximidades da aldeia de Moncarapacho (mas não luso-romana), cuja existência já previamos, em face de vários indícios verificados por nós directamente e que nos foram comunicados pelo nosso prezado Amigo José Francisco de Brito, hoje residente no Rio de Janeiro.

Essa necrópole, sobre a qual temos um estudo pronto a sair, vem, sem dúvida, provar a existência de qualquer povoação nas proximidades, a qual poderia muito bem ter sido no local onde existe Moncarapacho.

Rodam porém os tempos e Moncarapacho surge a meio caminho, na estrada que ia de Faro para Tavira, a qual passava precisamente pelo centro da povoação, de que a sua antiga rua da Carreira é testemunho. E, a pouco e pouco, vai-se desenvolvendo, pelo que os seus habitantes resolveram edificar uma capela romano-gótica em honra de Santa Maria da Graça que sofreu ampliações no decorrer dos séculos até se transformar no grande templo que é a sua igreja matriz, de linhas predominantemente renascentistas, com o seu monumental pórtico, um dos melhores do Algarve, e alguns vestígios romano-góticos e góticos da sua traça primitiva.

Como a povoação fica nas faldas do *Monte do Carapacho* teria passado a designar-se também por esse nome, depois por *Monte Carapacho* e, finalmente, por Moncarapacho. É certo que desde o século XVI em diante ninguém chama aos cerros de S. Miguel e da Cabeça monte de S. Miguel e monte da Cabeça ⁽⁴⁴⁾ e até nos aparece já em documentos desse século a designação de sítio dos Pés do Cerro (do cerro de S. Miguel), designação que que ainda hoje se mantém. Mas isso de forma alguma invalida a nossa interpretação, dado que a palavra monte na acepção de cerro e grande elevação também se usou no Algarve, de que o *Mons Sicus* é um exemplo e fora de qualquer dúvida. Além disso a palavra Moncarapacho escreveu-se desde há muitos séculos da mesma forma, salvo num ou noutro documento relativamente moderno e nos trabalhos de alguns escritores, entre eles o notável arqueólogo algarvio Estácio da Veiga ⁽⁴⁵⁾.

E a designação de Moncarapacho tornou-se extensiva a toda a freguesia, dado que a tendência natural é sempre baptizar os locais pelo que neles existe de mais característico e o mais

característico que aí existe, é o cerro de S. Miguel, a cujos pés, qual muralha protectora, se abriga a aldeia de Moncarapacho.

OLHÃO

Sobre a origem deste topónimo que não só deu o nome a essa importante e típica vila como a todo o concelho de que é sede, torna-se desnecessário repetir o que, sobre o mesmo assunto já foi escrito, entre outros, pelo Dr. Ataíde Oliveira na *Monografia do Concelho de Olhão* e pelos nossos queridos e ilustres Amigos Dr. Joaquim Alberto Iria Júnior e Antero Nobre, respectivamente, numa série de eruditos artigos sob o título *Como nasceu Olhão*, publicada no jornal «Gazeta de Olhão» (N.º 23, de 13-3-1952 e seguintes) e no muito interessante trabalho *Do «Logo do Olham» à «Vila do Olhão da Restauração»* — Lisboa, 1959, «Estudos Algarvios», da Casa do Algarve em Lisboa.

Para tais trabalhos remetemos os leitores interessados.

PECHÃO

Sobre este topónimo diz-nos Ataíde Oliveira que se desconhece a sua verdadeira origem e a própria antiguidade do templo da freguesia que tem tal designação. E a propósito escreve:

«Pechão ou Pexão, é palavra com que se designa uma casta de uva do distrito de Leiria. Seria esta freguesia nos seus primórdios povoada por vinhas d'esta qualidade? Não sabemos».

«A palavra Peixão na sua primitiva significação, significa (sic) grande peixe; mas como fica distante do mar devemos pôr de parte esta acepção; no segundo sentido significa mulher corpulenta, bonita e perfeita. Seria povoada esta area por alguma antiga padeira de Aljubarrota, que fosse natural de Faro com a diferença a seu favor da formosura e galanteria, que escaceiavam na virago, que matou sete espanhoes? Também não sabemos».

E termina por pôr a hipótese de Pexão, Peixão ou Pechão ser a «corrupção de alguma palavra mahometana», que igualmente desconhecia.

Quanto à Igreja, declara que não se conhece a data em que foi edificada «porque nenhuma inscrição a indica, nem no arquivo se encontram documentos que a isso refiram»⁽⁴⁶⁾.

Além destas versões, expostas por Ataíde, temos ouvido referir, por várias vezes, que o topónimo Pechão se teria escrito primitivamente, *Pio-Chão*.

Por que sempre nos pareceu mais lógica esta hipótese, pro-

curámos saber o que nela havia de verosímil. E com satisfação, pois é sempre motivo de júbilo para quem investiga e procura portante a verdade científica, esclarecer quaisquer dúvidas sobre factos que se encontrem nebulosos, podemos verificar que tal hipótese se confirma, através da leitura e interpretação documental.

Diz-nos João Baptista da Silva Lopes nas suas *Memorias para a História Ecclesiástica do Bispado do Algarve*, obra várias vezes citada neste estudo, que encontrando-se vaga a Sé de Silves no ano de 1482, pela transferência para a Sé de Braga do Bispo D. João de Melo (1467-1482), se realizou no coro da Sé de Silves uma reunião «estando o Cabido junto, congregado por campã tangida, Deão, Dignidades, Conegos, Meios Conegos e quartanarios, e presentes o Padre Fr. Pedro Dias, Prior-Mór da Ordem e Mestre de S. Thiago, e Gil Vaz da Cunha, Fidalgo do Conselho de El-Rei, Commendador da dita Ordem e do couto dos Treze, que ou por mando do dito Sñr..., como administrador e governador da ditta Ordem», por causa de algumas diferenças verificadas pelo Visitador Gil Vaz, acordaram entre outras cousas que «quanto às Igrejas do Termo de Faro, que são duas *aprestimadas*, apresenta o Mestre e a Ordem a do prestamo de Pexão, e o Bispo e Cabido a do prestamo de Ludo»⁽⁴⁷⁾.

Ora um préstamo, do latim *praestare*, consistia juridicamente numa «consignação de certa quantidade de frutos ou dinheiro, imposta num terreno, a favor da coroa, ou de qualquer obra pia, ou de alguma pessoa»⁽⁴⁸⁾.

Desta forma, Pechão, Pixão ou Pichão (como escreve o P.^o Carvalho no tomo 3.^o, pág. 17 da sua *Corografia Portuguesa* e vem também mencionado num mapa datado de 1762, do tomo 1.^o, entre as págs. 76 e 77 do *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, de Baptista de Castro), era tomado na acepção jurídica de um *Pio-Chão* e o topónimo em causa teria resultado da aglutinação dessa palavra composta, que ora aparece escrita com *x*, ora com *ch*. Por outro lado, seguindo uma forte tendência algarvia, aliás verificada ainda nos nossos dias, substituíram o *i* da palavra Pío por um *e*.

Creemos ser esta a origem do topónimo Pechão. Ao mesmo tempo, fica-se a conhecer melhor a antiguidade do seu templo, mais tarde sede de uma freguesia que tem por orago o Apóstolo S. Bartolomeu, o nome antigo de uma rua da vila de Olhão, que ligava com a estrada velha que passava por Pechão, por onde, certamente, os olhanenses devotos iam, noutros tempos, assistir às festas que aí se realizavam ou lavarem-se na água da fonte milagrosa do Santo para alívio das suas enfermidades⁽⁴⁹⁾.

Finalmente o termo Pexão aparece-nos numa inscrição do século XVI, relacionada com a construção da Casa dos Ribafrias, em Sintra.

Essa casa que, segundo Raul Lino, é «um dos mais interessantes exemplares da arquitectura civil da Renascença que nos é dado admirar em Portugal», tem no capitel que sustenta os dois arcos do pátio, uma inscrição datada de 1534, que indica como mestre da obra um tal Pero Pexão ⁽⁵⁰⁾.

Não seria de qualquer família oriunda de Pechão, como tantas outras famílias do Algarve que se encontraram nesse século e se encontram hoje nos pontos mais distantes do mundo e nas profissões mais variadas?

QUELFES

Acerca deste topónimo, dizem algumas pessoas entendidas nestes assuntos que deve ser um termo de origem germânica.

Realmente em Marim apareceram várias inscrições da época visigótica, tais como uma, mutilada, referente a «Rogata, serva de Deus (que) viveu cerca de 55 anos (e) descansou em paz» (na douta opinião do Prof. Leite de Vasconcelos do século V), e outra, não datada, mas segundo o grande arqueólogo alemão Hubner, do século VI, de um «Félix (que) descansou em paz a 12 das calendas de Julho» ⁽⁵¹⁾; e não muito distante de Qulfes existiu a cidade de Ossónoba, onde, durante o mesmo período floresceram na sua Sé Episcopal ⁽⁵²⁾, os Bispos Pedro (589), Saturnino (653), Exarno (666), Belito (683) e Agrípio (688 e 693). Por outro lado, em Estoi, próximo de Qulfes e Pechão, existe o cerro de *Guelhim*, topónimo de origem germânica, na opinião autorizada do Prof. Joseph M. Piel ⁽⁵³⁾, termo idêntico a um antropónimo que nos aparece numa doação feita em 1158, por El-Rei D. Afonso Henriques, a *D. Guilhim* Licorne, da antiga povoação de *Tougia*, *Taugia*, *Touria* ou *Atouguia da Baleia* (no concelho de Peniche), à qual esse cavaleiro outorgou o seu primeiro foral em 1167, renovado, respectivamente, em 1268 e 1510 ⁽⁵⁴⁾.

Embora todos esses e outros factos venham provar a passagem de povos germânicos por essa zona do Algarve, a versão mais aceite é de que Qulfes ou Qulfes é um termo árabe, sinónimo de cousa malhada.

Segundo o erudito académico e arabista Frei João de Sousa, com base na *Corografia Portuguesa*, Qulfes deriva «do verbo cálefa ter cor negra misturada com manchas amarelas» ⁽⁵⁵⁾. Por seu turno a Ex.^a Senhora Dr.^a D. Júlia Lopes Barbosa, distinta

professora de filologia germânica, a quem consultámos sobre o assunto, chegou a idêntica conclusão quando afirma «que apesar de todas as aparências de palavra de origem germânica, não deve sê-lo, mas sim de origem árabe: é o plural do adjetivo árabe «quelfe» que significa malhado. Deriva do verbo cálefa, que significa ter cor negra, misturada com manchas amarelas.»

Quelfes, constituindo uma freguesia, tem um templo de origem antiga. Não com a traça que tem hoje, bem entendido, de três naves e com a sua formosa capela-mór de arco e abóbada manuelina, mas uma simples ermida, certamente gótica, de que ainda resta um pórtico lateral influenciado por esse estilo.

Chega-se a tal conclusão em face de uma visita realizada em 1518, durante o governo do Bispo de Silves D. Fernando Coutinho. Fê-la Francisco Barradas, Comendador de Moguellos e de Roliça na Ordem de Santiago e Mendo Afonso, Prior de Santa Maria de Setúbal.

«Em Faro visitarão a Igreja matriz de Santa Maria (a actual Sé Catedral) e as Ermidas, com Capellães, Curas de almas de Pexão, Santa Barbara, Sn.^a da Conceição, Estoi, S. Braz, Quelfes e S. João da Venda ⁽⁵⁶⁾.»

Como se vê, são citadas além das ermidas de Quelfes e Pechão outras mais, que eram do Padroado da Ordem de Santiago e que hoje são igrejas paroquiais, com excepção de S. João da Venda, suprimida quando foi criada a freguesia de S. Lourenço de Almancil ⁽⁵⁷⁾ que a substituiu.

Claro que tais templos sofreram várias ampliações e transformações no decorrer dos séculos, mas por esta visita da Ordem de Santiago, à qual esses templos pertenciam, fica-se a fazer uma ideia da antiguidade não só dos de Pechão e Quelfes como dos restantes, nessa altura já com os seus capelães curas de almas.

NOTAS

(1) *Subsídios para a história do Algarve. — A origem do topónimo «Moncarapacho» e a colonização da ilha Graciosa*, J. Fernandes Mascarenhas, *supl. cit.*, de 17 de Abril de 1949.

(2) *A origem do topónimo Fuseta e a sua evolução*, J. Fernandes Mascarenhas, *jornal cit.*, de 10 de Setembro de 1953.

(3) *Monografia do concelho de Olhão da Restauração*, F. X. d'Ataide de Oliveira, Porto, 1906, pág. 214.

(4) *Registos Paroquiais de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, Livro 1-M, folhas 171. Num termo de 19 de Agosto de 1680, fala-se da «Freg.^a de Sam Bartholomeu de Pixão».

(5) *Monografia do concelho de Olhão*, *Ob. cit.*, pág. 25.

(6) *Idem*, pág. 204.

(7) *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, 1848, pág. 273.

(8) *Livro I de D. Afonso III*, folhas 109, citado por Baptista Lopes nas suas *Memórias*, *ob. cit.*, pág. 171.

(9) *Idem*, *ob. cit.*, pág. 172.

(10) *De Ossónoba a Balsa*, J. Fernandes Mascarenhas, *supl. cit.* n.º 24, de 24-7 1950.

(11) *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1874, vol. 3.º, pág. 243.

(12) *De Ossónoba a Balsa*, *supl. cit.*

(13) *Povos Balsenses*, S. P. M. Estácio da Veiga, Lisboa, 1866, pág. 24 a 28 e *Uma inscrição inédita de Ossónoba*, Dr. Mário Lyster Franco, n.ºs 64-65, de Abril a Maio de 1940 da Revista «Costa de Oiro».

(14) *Nouveau Larousse Illustré*, tome deuxième, pág. 60; *Encyclopaedia Britannica*, vol. 3.º, pág. 498 e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4.º, pág. 638.

(15) *Ob. cit.*, fls. 35.

(16) *Vol. Terceiro*, Lisboa, 1874, pág. 243.

(17) Em 10 de Setembro de 1953, publicámo-lo no jornal «Correio do Sul», num artigo da nossa autoria, sob o título «A Origem do topónimo Fuseta e a sua evolução», que agora, refundido, se reedita.

(18) *Livro de Escrituras da Fábrica — De Moncarapacho*, fls. 101 e 102.

(19) Entre outros autores, Cândido de Figueiredo, no seu *Grande Dicionário da língua portuguesa*, vol. II, pág. 174, refere-se ao seguinte termo relacionado com o rio Jordão, o qual nos mostra bem a origem do termo Jordana: «Jordânico, *adj.* Relativo ao rio Jordão. Cf. Filinto, XVI, 60, 193 e 283.»

(20) *Da Origem e Evolução das Armas Nacionais: sua crítica*, J. Fernandes Mascarenhas, Coimbra, 1941, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, pág. 354 e 355.

(21) *Toponímia árabe de Portugal* — (Estudo publicado no vol. XXIV da «Revista Lusitana»), aut. cit., Porto, 1926, pág. 13.

(22) *Topónimos e gentílicos*, II vol., Porto, 1943, pág. 292 e 330.

(23) «Botelho» — Algarve — Talhão de horta com 1.500 a 1.600 m² de superfície (Cfr. «Esboço dum Vocabulário Agrícola Regional», Prof. D. A. Tavares da Silva, vol. II, fasc. 2.º, pág. 295 dos Anais do Instituto Superior de Agronomia).

(24) A «Cegonha» — «Contribuição para o estudo linguístico etnográfico dos aparelhos de elevar água», Alberto Gomes Resende Dissert. dactilografada, Coimbra, 1959 (nos «Resumos e Sumários das Dissertações de Licenciatura de Carácter Linguístico, 1942-1959») — Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, pág. 22.

(25) *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*, Ataíde de Oliveira, Tavira, 1898, pág. 157 a 160

(26) *Topónimos e Gentílicos*, ob. cit., vol. II, pág. 330.

(27) *Religiões da Lusitânia*, aut. cit., vol. II, pág. 198 e 199.

(28) *Monografia do concelho de Olhão*, ob. cit., pág. 39.

(29) *Idem*, pág. 181 a 185 (transcrição do livro «As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve», d'Ataide de Oliveira)

(30) *Idem*.

(31) *Ibidem*.

(32) Por nós aconselhado para peça heráldica do emblema da Casa do Povo de Moncarapacho, O cerro de S. Miguel, com a sua silhueta tão característica e inconfundível no quadro orográfico algarvio, deveria figurar não só nesse emblema como em outros da mesma freguesia por motivos de ordem histórica, topográfica e paisagística.

(33) *Dicionário Histórico de Portugal*, vol. II, B-C, Lisboa, 1906, pág. 736.

(34) *Dicionário de Geografia Universal*, tomo I, A-C, Lisboa, 1878, pág. 694.

(35) *História Insulana*, capítulo VII, Lisboa, 1717, pág. 436.

(36) *Corografia do Reino do Algarve*, João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, 1841, pág. 347.

(37) *História Insulana*, ob. cit.

(38) *Maragotão* é o nome dado a uma espécie de pêssegos. Embora fazendo parte do léxico castelhano, deriva do termo árabe «Barra-coton», composto de «barra» (por fora) conton (algodão), isto é, fruto cheio por fora de algodão (Cfr. «Vestígios da Língua Árabe em Portugal», Frei João de Sousa, pág. 118).

(39) *Ob. cit*, Lisboa, 1864.

(40) *O cerro de S. Miguel e a sua capela*, J. Fernandes Mascarenhas, in «Povo Algarvio», de 1 de Agosto de 1943.

(41) *Novissimo Diccionário Latino-Portuguez*, L. Quicherat.

(42) *Diccionário Italiano e Portuguez*, Joaquim José da Costa e Sá, tomo 1.º, Lisboa, 1773, pág. 257.

(43) O nosso prezado amigo Prof. António Augusto Ramos, com quem várias vezes trocámos impressões sobre assuntos desta natureza, inclina-se para a nossa opinião, achando-a com lógica.

(44) No Algarve, emprega-se muito a designação de «cerro» em vez de «monte», particularmente na região de Moncarapacho. Nos próprios documentos do século XVI aparece-nos nessa freguesia o «sítio dos pés do cerro» (do cerro de S. Miguel), designação que ainda hoje se mantém. A palavra «monte» é vulgarmente usada na acepção de casa de proprietário rural com as suas dependências próprias, por vezes um autêntico pequeno núcleo populacional. Assim se diz na referida freguesia, o «monte da Mansinha», o «monte do Romeirão» o «monte do António da Silva», etc. Porém, primitivamente, a palavra «monte» deveria ter-se usado mais na sua verdadeira acepção de que é prova o Mons Sicus, que deu a palavra Monchique. Pela mesma razão e por tudo o que temos apontado no decurso deste estudo, somos levados a concluir refundindo em parte o nosso artigo publicado no jornal «Novidades», de 17-4-49, que deve ter sido esta a origem de Moncarapacho.

(45) *Antiguidades Monumentais do Algarve*, aut. cit., vol. II, pág. 891 e vol. IV, pág. 106.

(46) *Monografia do concelho de Olhão*, ob. cit., pág. 204 e 208.

(47) *Livro dos Copos*, do Arquivo Nacional da Torre de Tombo, fls. 209, verso.

(48) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIII, pág. 206. Ainda a propósito de um «préstamo» diz-se nesta obra que o «mais notável privilégio, de três aldeias reunidas, é o não serem jamais dadas em «préstamo», mas pagarem as jugadas directamente ao fisco, por mão do próprio mordomo da vila» (Alexandre Herculano, *História de Portugal*, VII, pág. 132).

(49) *Ataide Oliveira*, ob. cit., pág. 205 e 207.

(50) *Guia de Portugal*, 1.º vol. 1924, pág. 497.

(51) *A Epigrafia Cristã em Portugal*, Padre Miguel de Oliveira, Lisboa, 1941, pág. 23, 24 e 39.

(52) *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, João Baptista Lopes, Lisboa, 1848, pág. 66 a 99 e *História Ecclesiastica de Portugal*, Padre Miguel de Oliveira, 3.ª edição, Lisboa, 1958, pág. 97.

(53) *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, aut. cit. Lisboa 1936, págs. 172 e 175. A propósito deste e outros termos germânicos, escreve J. M. Piel: «Será o gót. Wilga «vontade» que está nos nomes que principiam por Guilh»? E o autor declara que não conseguiu identificar com segurança a raiz de Guelha (Santo Tirso) e de mais três lugares, entre eles «Guelhim», que, no citado trabalho, tem o número de ordem 268. A origem do termo «Guelhim» ou «Guilhim» deve ser a mesma, não obstante a antiga vila de Atougua da Baleia ter sido povoada pelos francos.

(54) *Guia de Portugal*, vol. 2.º, 1927, pág. 569.

(55) *Vestigios da Língua Árábica em Portugal*, aut. cit., Lisboa, 1789, pág. 137.

(56) *Baptista Lopes*, ob. cit., pág. 304.

(57) Em 1849, a sede desta paróquia (S. João da Venda) foi mudada para a Igreja de S. Lourenço de Almancil (Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, de Américo Costa, vol. I, Porto, 1929, pág. 739).

Observação — J. Diogo Correia, na «Revista de Portugal», série A — Língua Portuguesa, n.º 182, vol. XXV, de Fevereiro de 1960, pág. 56, atribui ao topónimo Moncarapacho idêntica origem à que atribuímos ao nosso estudo publicado no suplemento literário «Letras e Artes» do jornal «Novidades», de 17 de Abril de 1949, divergindo porém quanto ao cerro que, primitivamente, teria tido a designação de «carapacho». «Moncarapacho», escreve J. Diogo Correia, povoação muito populosa e muito importante do concelho de Olhão. Creio que *Moncarapacho* resultou da aglutinação de *Monte do Carapacho*, como *Moncorvo*, de *Monte do Corvo*, *Montarroio*, de *Monte de Arroio*, etc. *Carapacho* é termo espanhol — e sê-lo-ia, porventura, do português antigo, significa *carapaça*, *casca*, *concha*. Presumo que o sobrenome *Carapacho* teria vindo do facto de o monte que deu origem ao topónimo apresentar várias grutas ou cavernas, entre as quais sobressaem as do *Abismo*, *Ladroeira Pequena*, *Ladroeira Grande* e *Garrafão*, todas do *Cerro da Cabeça*. À parte superior do monte, que serve de cúpula às grutas, teria sido dado o nome de *Carapacho* (carapaça) e daí *Monte do Carapacho* e, depois, simplesmente, *Moncarapacho*.

Pelas razões por nós anteriormente apontadas, continuamos a afirmar que o cerro do *carapacho* foi o cerro de S. Miguel e não o da Cabeça, apesar de todas as suas grutas e cavernas, algumas delas bem interessantes e dignas de uma exploração feita em moldes científicos.

A aldeia sede da freguesia — Moncarapacho — está na base do cerro de S. Miguel, dando até a impressão nitida que se estende a seus pés, enquanto o cerro da cabeça fica situado muito para oriente da aldeia.

Por outro lado, o cerro de S. Miguel tem uma altitude muito maior do que o da Cabeça, uma configuração também muito diferente, no caso presente muito importante e, por último, muito maiores tradições, pois era considerado pelos povos antigos como um importante ponto de referência para as navegações, que fazem do cerro de S. Miguel, como dizíamos noutro lugar, um verdadeiro simbolo heráldico da freguesia de Moncarapacho.

Corrigenda

A pág. 16, linhas 33 e 34, cortar a palavra *Jordana*.

Composto e Impresso na
«Tipografia Povo Algarvio»
TAVIRA